

## 8.2. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

**8.2.1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA.**

Devido à dificuldade de identificação no saldo inicial da conta, dos volumes concretos de cada candidatura, estão ainda a ser efetuados registos contabilísticos no que respeita aos subsídios (2745-Proveitos Diferidos – subsídios de investimento).

**8.2.2. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

Não aplicável.

**8.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

**a) Imobilizações Corpóreas**

Todo o imobilizado adquirido no decorrer do ano de 2013, foi valorizado ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1. - Imobilização do POCAL.

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 - Amortização do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes. A taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada pela Portaria 671/2000 de 17 de Abril - CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. Os elementos patrimoniais estão sujeitos à amortização corresponde à quota anual no exercício em que entraram em funcionamento, independentemente no mês em que ocorre a sua aquisição.

**b) Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção durante a sua fase de construção e são transferidas para imobilizado, aquando da assinatura do auto de receção provisória, documento comprovativo proveniente do DOUMA. No que respeita a obras em curso realizadas por Administração Direta, é com dificuldade que os serviços de Contabilidade procedem aos lançamentos contabilísticos das mesmas, uma vez que não é remetida a este serviço toda a informação necessária.

**c) Investimentos Financeiros**

Estão registados ao custo de aquisição.

**d) Acréscimos e Diferimentos**

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo.

De acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo:

**1.** Estão contabilizados como **acréscimos de proveitos (conta 271)**, transferência a receber da DGESTE, referente aos acordos de colaboração, transferência das Águas do Planalto, referente a RSU e Saneamento do mês de outubro, novembro e dezembro de 2013, transferência do IFAP, referente à Fruta Escolar e ao Gabinete Florestal, e valor de proveitos reconhecidos no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja receita só se venha a arrecadar em exercícios posteriores como IMI, IMT e IUC.

**2.** Estão contabilizados como **custos diferidos (conta 272)**, os seguros cujo período de abrangência decorre ainda no exercício seguinte, as taxas de manutenção dos programas informáticos da AIRC.

**3.** Estão contabilizados como **acréscimos de custos (conta 273)**, as remunerações e os

respetivos encargos sobre remunerações, referente a Férias e Subsídio de Férias a liquidar em 2014, mediante uma previsão.

**4.** Estão contabilizados como **proveitos diferidos (conta 274)**, os subsídios para investimento atribuídos à autarquia, os quais, estando associados a ativos, são reconhecidos na conta "7983 - Proveitos e ganhos extraordinários - transferências de capital", de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a que se destinaram. No exercício de 2013 foi transferido para a conta "7983 - Proveitos e ganhos extraordinários - transferências de capital" o montante de 52.583,82 Euros.

#### **e) Existências**

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de custeio das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado.

#### **f) Amortizações**

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

#### **g) Dívidas de e a Terceiros**

As dívidas de e a Terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

#### **h) Disponibilidades de Caixa e Depósitos**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

#### **8.2.4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM MOEDA PORTUGUESA DAS OPERAÇÕES REGISTADAS EM CONTAS INCLUÍDAS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ORIGINARIAMENTE EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

**8.2.5. SITUAÇÕES EM QUE O RESULTADO LÍQUIDO FOI AFETADO: POR VALORIMETRIAS DIFERENTES DAS PREVISTAS NOS CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA, POR AMORTIZAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO SUPERIORES ÀS ADEQUADAS OU POR PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES AO ATIVO**

Não aplicável.

**8.2.6. COMENTÁRIO ÀS CONTAS 431 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E 432 – DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Nas contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de investigação e desenvolvimento, não ocorreu qualquer alteração, estando ambas totalmente amortizadas. A conta 43301 “Licenças” regista o movimento da aquisição das licenças dos programas informáticos utilizados pelo Município.

### 8.2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES (ATIVO BRUTO, AMORTIZAÇÃO E PROVISÕES)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e respetivas amortizações, foram, de acordo com os seguintes quadros:

Município de Tábua - Câmara Municipal						
Ano: 2013						
Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates +Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	2.688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.688,00
452 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras construções e infraestruturas	54.046.997,15	0,00	120.243,24	0,00	1.352,77	54.168.593,16
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	3.269.200,72	0,00	215.143,52	0,00	-4.756,45	3.479.587,79
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	57.318.885,87	0,00	335.386,76	0,00	-3.403,68	57.650.868,95
431 Despesas de instalação	50.146,02	0,00	0,00	0,00	0,00	50.146,02
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	64.860,16	0,00	0,00	0,00	0,00	64.860,16
433 Propriedade industrial e outros direitos	138.589,29	0,00	18.222,45	0,00	0,00	156.811,74
443 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	253.595,47	0,00	18.222,45	0,00	0,00	271.817,92
421 Terrenos e recursos naturais	4.702.096,20	0,00	5.000,00	0,00	0,00	4.707.096,20
422 Edifícios e outras construções	13.199.649,69	0,00	92.106,50	0,00	285.344,61	13.577.100,80
423 Equipamento básico	846.309,48	0,00	42.491,96	0,00	-22.913,59	865.887,85
424 Equipamento de transporte	616.653,32	0,00	13.981,51	0,00	-25.101,85	605.532,98
425 Ferramentas e utensílios	79.420,30	0,00	12.356,06	0,00	-9.273,54	82.502,82
426 Equipamento administrativo	2.354.712,27	0,00	438.583,66	0,00	-193.599,60	2.599.696,33
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	18.398,48	0,00	0,00	0,00	-3.152,81	15.245,67
442 Imobilizações em curso	745.939,10	0,00	2.502,93	0,00	-281.940,93	466.501,10
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	22.563.178,84	0,00	607.022,62	0,00	-250.637,71	22.919.563,75
411 Partes de capital	1.035,00	0,00	40,00	0,00	0,00	1.075,00
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.035,00	0,00	40,00	0,00	0,00	1.075,00

**Município de Tábua - Câmara Municipal**

Ano: 2013

**Amortizações e Provisões**

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público</b>	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	30.359.489,92	2.583.465,39	32.942.955,31
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
		30.359.489,92	2.583.465,39	32.942.955,31
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>	483			
Despesas de instalação	4831	50.146,02	0,00	50.146,02
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	54.674,80	10.185,36	64.860,16
Propriedade industrial e outros direitos	4833	126.953,02	19.435,69	146.388,71
		231.773,84	29.621,05	261.394,89
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	2.588.905,44	294.167,80	2.883.093,24
Outras construções	48222	41.224,68	21.585,85	62.810,53
Equipamento básico	4823	702.890,23	54.778,01	734.797,97
Equipamento de transporte	4824	548.217,78	35.595,06	558.710,99
Ferramentas e utensílios	4825	70.158,41	6.271,34	67.400,03
Equipamento administrativo	4826	1.853.040,65	181.706,38	1.843.371,92
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	14.442,96	947,56	12.237,71
		5.818.880,15	595.072,00	6.162.422,39
<b>De Investimentos em imóveis</b>	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
<b>De Investimentos Financeiros</b>	49			
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

**8.2.8. CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ATRÁS REFERIDOS DEVERÁ SER DESAGREGADA DE MODO QUE SEJA DIFERENCIADA A DESCRIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO, INDICAÇÃO DOS VALORES DOS BENS ADQUIRIDOS EM ESTADO DE USO, DATAS DE AQUISIÇÃO E DE REAVALIAÇÃO, VALORES DE AQUISIÇÃO, TAXAS DE AMORTIZAÇÃO, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E ACUMULADAS, ALIENAÇÕES, TRANSFERÊNCIAS E ABATES DE ELEMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO E OS VALORES LÍQUIDOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO**

O mapa síntese de bens inventariados encontra-se inserido em sede de documentos de prestação de contas. A informação pormenorizada de todos os bens é uma lista extensa e volumosa, facto que

impossibilita e inviabiliza a sua remessa para os órgãos autárquicos. No entanto poderá, caso se pretenda, consultar o programa informático no serviço responsável.

No ano de 2013, após verificação física de todos os bens móveis do município, efetuaram-se vários abates de elementos do ativo imobilizado, no montante global de 251.529,76 Euros.

**8.2.9. CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO E RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO**

Não aplicável.

**8.2.10. INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS NOS TERMOS DOS QUAIS SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO**

Não aplicável.

**8.2.11. ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES**

Não aplicável.

**8.2.12. INDICAR O VALOR GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO, POR CADA UMA DAS CONTAS DE IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS, INCLUINDO BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO CEDIDOS POR CONTRATO DE CONCESSÃO, IMOBILIZAÇÕES IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA, IMOBILIZAÇÕES IRREVERSÍVEIS BEM COMO A DESCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS NELAS CAPITALIZADOS, RESPEITANTES AO EXERCÍCIO E ACUMULADAS**

Não aplicável.

**8.2.13. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – VALORES CONTABILÍSTICOS**

Não aplicável.

**8.2.14. RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DESSA NECESSIDADE**

Não aplicável.

**8.2.15. IDENTIFICAÇÕES DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPETIVAS RAZÕES**

De acordo com as disposições legais constantes no artigo 36.º da Portaria nº641/2000 de 17 de Abril, que publica o CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

**8.2.16. DESIGNAÇÃO E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPADAS, COM INDICAÇÃO DA PARCELA DETIDA, BEM COMO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS OU EQUIVALENTE E DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO EM CADA UMA DESSAS ENTIDADES, COM MENÇÃO DESSE EXERCÍCIO.**

O Município de Tábua tem participações financeiras na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (Beira Centro).

**8.2.17. OS ELEMENTOS INCLUÍDOS NAS CONTAS “TÍTULOS NEGOCIÁVEIS” E “OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES E VALORES DE BALANÇO**

Não aplicável.

**8.2.18. DESCRIMINAÇÃO DA CONTA “OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES, VALORES NOMINAIS E VALORES DE BALANÇO**

Não aplicável.

**8.2.19. INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS, MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADAPTADOS, E AS QUANTIAS CORRESPONDENTES AOS RESPETIVOS PREÇOS DE MERCADO**

Não aplicável.

**8.2.20. FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO**

Não aplicável.



**8.2.21. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR**

Não aplicável.

**8.2.22. DÍVIDAS DE TERCEIROS – COBRANÇA DUVIDOSA**

Não aplicável.

**8.2.23. VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA LOCAL**

Não aplicável.

**8.2.24. QUANTIDADE E VALOR NOMINAL DE OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA ENTIDADE, COM INDICAÇÃO DOS DIREITOS QUE CONFEREM**

Não aplicável.

**8.2.25. DESCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS INCLUÍDAS NA CONTA “ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS” EM SITUAÇÃO DE MORA**

Não aplicável.

**8.2.26. DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECEBIDOS PARA COBRANÇA**

As contas de ordem traduzem os movimentos ocorridos em rubricas extra orçamentais e extra patrimoniais, ou seja, que não tenham implicações quer ao nível do orçamento quer do património. São constituídas por garantias efectuadas por fornecedores, fornecedores de imobilizado e credores diversos em bancos ou seguradoras, bem como pelos recibos em cobrança, conforme mapa seguinte:

Município de Tábua - Câmara Municipal

Ano: 2013

Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
<b>Garantias e Cauções</b>							
003	Garantias e Cauções de Terceiros						
0032	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.263.888,50		59.522,49		1.323.410,99	
00321	Prestadas por Fornecedoros de c/c	311,25				311,25	
00322	Prestadas por Fornecedoros de Imobilizado	1.029.306,40		59.522,49		1.088.828,89	
00323	Prestadas por Outros Credores	234.270,85				234.270,85	
0033	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				101.878,93		101.878,93
00331	Devolvidas a Fornecedoros de c/c				311,25		311,25
00332	Devolvidas a Fornecedoros de Imobilizado				101.567,68		101.567,68
00333	Devolvidas a Outros Credores						
0034	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
00341	Acionadas a Fornecedoros de c/c						
00342	Acionadas a Fornecedoros de Imobilizado						
00343	Acionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>1.263.888,50</b>		<b>59.522,49</b>	<b>101.878,93</b>	<b>1.221.532,08</b>	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
002	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0021	À responsabilidade do Tesoureiro	329,23			14,98	314,27	
0022	À responsabilidade de Outros Agentes						
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>		<b>329,23</b>		<b>0,00</b>	<b>14,98</b>	<b>314,27</b>	
<b>Total</b>		<b>1.264.217,73</b>		<b>59.522,49</b>	<b>101.893,91</b>	<b>1.221.846,35</b>	

As retenções efetuadas no momento do pagamento por reforço de garantia ou outros, são lançadas como Operações de Tesouraria na conta 26815 – Empreitadas.

**8.2.27. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS EXPLICITANDO OS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO**

Não aplicável.

**8.2.28. EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 “FUNDO PATRIMONIAL”.**

Não aplicável.

**8.2.29. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

Quanto ao **Ativo Circulante – Existências** o valor de stocks em armazém e os resultados apurados são calculados em função da contagem física dos bens armazenáveis. As existências finais estão

valorizadas ao custo médio ponderado. No entanto, o apuramento e respetivos movimentos contabilísticos tiveram por base a seguinte fórmula:

$$\text{Custo Das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)} = \text{Existências Iniciais (EI)} + \text{Compras (C)} +/\text{- Regularização Existências (RE)} - \text{Existências Finais (EF)}$$

Aplicando a fórmula acima mencionado o custo do exercício é de € 383.563,19 €.

**Município de Tábua - Câmara Municipal**

(designação da autarquia local)

Ano: 2013  
(unidade: Euros)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	220.013,68 €
Compras	0,00 €	360.589,41 €
Regularizações de Existências	0,00 €	-858,38 €
Existências Finais	0,00 €	196.181,52 €
Custos no Exercício		383.563,19 €

**8.2.30. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Não houve movimentos contabilísticos nas contas que concorrem para a variação da produção. Ainda assim dá-se conta do referido mapa.

**Município de Tábua - Câmara Municipal**

Ano: 2013

**Demonstração da Variação da Produção**

Unidade: Euros

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências Finais	33 0,00	34 0,00	35 0,00
Regularizações de Existências	383 0,00	384 0,00	
Existências Iniciais	33 0,00	34 0,00	35 0,00
Aumento/Redução no Exercício	0,00	0,00	0,00

### 8.2.31. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

O aumento de Juros Suportados deve-se à contratação de novos empréstimos (dois referentes ao Saneamento Financeiro e um ao PAEL), a enorme diminuição de Outros Custos e Perdas Financeiros deve-se ao pagamento de grande parte dos juros de mora aplicados pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão bem como aos referentes a pagamentos em atraso a alguns fornecedores.

Município de Tábua - Câmara Municipal							
Demonstração de resultados financeiros						Ano:	2013
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
881	Juros suportados	149.614,40	141.998,06	781	Juros obtidos	160,94	328,74
882	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	40,00	0,00
883	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	347.442,07	337.285,13
884	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
885	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
887	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
888	Outros custos e perdas financeiros	42.578,95	237.752,52	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	155.449,96	-42.136,74	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		347.643,01	337.613,87			347.643,01	337.613,87

### 8.2.32. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Município de Tábua - Câmara Municipal							
Demonstração dos Resultados Extraordinários						Ano:	2013
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
891	Transferências de capital concedidas	61.048,70	70.000,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
892	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
893	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	59,02	0,00
894	Perdas em imobilizações	4.412,42	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
895	Multas e Penalidades	12.378,83	3.487,64	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
896	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
897	Correções relativas a exercícios anteriores	233.712,07	315.311,09	797	Correções relativas a exercícios anteriores	13.626,80	10.146,87
898	Outros custos e perdas extraordinários	7.087,20	4.884,89	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	52.583,82	52.583,82
	Resultados extraordinários	-252.367,58	-330.963,13				
		66.269,64	62.730,48			66.269,64	62.730,48

Durante o ano de 2013 registaram-se abates ao Inventário Municipal, apresentando-se perdas em imobilizações no valor de 4.412,42 €.

O aumento de Multas e Penalidades deve-se essencialmente a uma taxa de recursos hídricos da Agência Portuguesa do Ambiente, IP, no valor de 12.039,74 €.

O valor constante na rubrica de Correções Relativas a Exercícios Anteriores, deve-se como o próprio nome indica, a lançamento de regularizações a movimentos contabilísticos ocorridos em exercícios anteriores, nomeadamente, reposições, regularização de classificação contabilística de faturas, entre outros.